

Trajetórias do marxismo europeu



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES

Coordenadora Geral da Universidade

MARIA LUIZA MORETTI



Conselho Editorial

Presidente

EDWIGES MARIA MORATO

ALEXANDRE DA SILVA SIMÕES – CARLOS RAUL ETULAIN – CICERO ROMÃO RESENDE DE ARAUJO

DIRCE DJANIRA PACHECO E ZAN – IARA BELELI – IARA LIS – MARCO AURÉLIO CREMASCO

PEDRO CUNHA DE HOLANDA – SÁVIO MACHADO CAVALCANTE

COLEÇÃO MARX 21

Comissão Editorial

ARMANDO BOITO JR. (COORDENADOR)

ALFREDO SAAD FILHO – JOÃO CARLOS KFOURI QUARTIM DE MORAES

LUIZ EDUARDO MOTA – MARCO VANZULLI

SÁVIO MACHADO CAVALCANTE (REPRESENTANTE DO CONSELHO)

RICARDO MUSSE

TRAJETÓRIAS DO
MARXISMO EUROPEU

EDITORIA UNICAMP

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIVISÃO DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO
Bibliotecária: Maria Lúcia Nery Dutra de Castro – CRB-8ª / 1724

M975t Musse, Ricardo
Trajetórias do marxismo europeu / Ricardo Musse. – Campinas, SP :
Editora da Unicamp, 2023.

1. Marx, Karl, 1818-1883. 2. Filosofia marxista. 3. Comunismo
4. Socialismo – História. I. Título.

CDD – 335.4
– 320.531
– 320.532

ISBN 978-85-268-1587-2

Copyright © by Ricardo Musse
Copyright © 2023 by Editora da Unicamp

As opiniões, hipóteses, conclusões e recomendações expressas
neste livro são de responsabilidade do autor e não
necessariamente refletem a visão da Editora da Unicamp.

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,
por escrito, dos detentores dos direitos.

Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados à

Editora da Unicamp
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3ª andar
Campus Unicamp
CEP 13083-859 – Campinas – SP – Brasil
Tel.: (19) 3521-7718 / 7728
www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
1. A DIALÉTICA COMO DISCURSO DO MÉTODO	11
2. CIÊNCIA OU FILOSOFIA?.....	35
3. DE FRIEDRICH ENGELS A ROSA LUXEMBURG.....	69
4. DE GYÖRGY LUKÁCS A MAX HORKHEIMER	139
EXCURSO - A CONSTRUÇÃO DO MARXISMO OCIDENTAL	187
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	213

APRESENTAÇÃO

Há muitas, algumas excelentes, histórias do marxismo. A maioria delas concentra-se na descrição da incorporação da doutrina de Marx e Engels por organizações da classe trabalhadora e seu impacto na ação política de partidos, sindicatos e movimentos sociais.

O propósito deste livro é diverso. Trata-se de expor teorias que, por conta de sua originalidade e de sua disseminação, se consagraram como formulações paradigmáticas na constituição do marxismo como tradição intelectual.

O quadro referencial deste trabalho não destoa das listas que indicam os expoentes políticos e intelectuais do marxismo. Na intenção de diminuir a aleatoriedade e o arbítrio inerentes à escolha de alguns poucos, numa vastidão de nomes importantes, adotou-se como critério de seleção um ponto preciso: a relevância da contribuição de cada um em modificações na autocompreensão do marxismo.

As demarcações que possibilitam agrupar políticos e teóricos no movimento, temporalmente desdobrado e etiquetado como “marxismo”, sempre estiveram e ainda se encontram sujeitas a intermináveis controvérsias. Uma delimitação menos polêmica, que talvez corra o risco de ser inócua, consiste em apresentá-lo como uma tradição formada pelo acréscimo, ao legado de Marx, da contribuição intelectual e política de seus seguidores, ou do arsenal prático-teórico desenvolvido por diversas organizações e partidos.

Uma determinação precisa desse conceito exige, no entanto, o esclarecimento de seus elementos característicos. Sem dúvida, no terreno da política, trata-se de uma tarefa hercúlea. Quando se considera apenas a vertente do marxismo como tradição intelectual, esse esforço torna-se menos árduo.

Marx afirmou o caráter histórico dos modos de produção, buscando tornar inteligível a transição entre as diversas formações sociais. Destacou também o percurso histórico interno ao capitalismo, cuja dinâmica altera velozmente as formas de produção e as relações sociais. Ante isso, seu legado, base incontestada do marxismo, carece periodicamente de atualizações que acompanhem as modificações cristalizadas em diagnósticos distintos do “presente histórico”.

O repertório dessas “atualizações” do marxismo congrega muitas dimensões. Certamente, a principal delas concentra as formulações que acompanham e explicitam os desdobramentos na economia, na política e na cultura, fornecendo sustentação à determinação do presente histórico como inflexão relevante na trajetória do capitalismo.

Os procedimentos inerentes à satisfação da demanda por atualização periódica geram modificações significativas também na autorrepresentação do marxismo. A identificação da mudança histórica, com bastante frequência, é acompanhada de novas interpretações do pensamento de Marx que redimensionam seu legado e a própria sistematização do materialismo histórico. O mapeamento de uma nova situação histórica abre caminho para o preenchimento dos brancos e lacunas da obra de Marx ou para o desbravamento de áreas que permaneceram intocadas.

As coordenadas próprias à linhagem do marxismo, sobretudo aquelas que definem a autocompreensão que se tem (e se modifica) em momentos históricos distintos, foram determinadas, em larga medida, pela obra do “último” Engels. Pode-se discernir aí, retrospectivamente, em meio ao emaranhado de preocupações conjunturais e práticas, um princípio organizador: a sistematização das principais providências que possibilitaram ao marxismo constituir-se como uma tradição teórica e prática após a morte de seus fundadores. O conjunto de textos e livros produzidos por Engels, em seus últimos anos de vida, estabeleceu o modelo formal que, com maior ou menor variação, foi seguido pelos principais teóricos do marxismo no decorrer do século XX.

Neste livro, Engels é apresentado, pelos motivos expostos acima, como o primeiro marxista, e sua obra final, como a certidão de nascimento dessa

linhagem. Uma análise de *Anti-Dühring* (1878) constitui o ponto de partida temporal da tarefa aqui esboçada: o acompanhamento da gênese e da consolidação do marxismo como tradição intelectual e das transformações em sua autocompreensão.

Ao longo do livro, procura-se desentranhar, em função desses propósitos, as concepções de marxismo como teoria (e, inevitavelmente, como prática), presentes em uma série de autores, aos quais se dedicaram espaços díspares: Eduard Bernstein, Karl Kautsky, Gueórgui Plekhánov, Rudolf Hilferding, Rosa Luxemburg, Vladimir Ilitch Lênin, Karl Korsch, György Lukács e Max Horkheimer.

Esse percurso encerra-se com a análise do artigo “Teoria tradicional e Teoria crítica” (1937), de Max Horkheimer. Nele, encontra-se o desenvolvimento de princípios teóricos – apresentados, sobretudo, em *História e consciência de classe* – que esclarecem por que cada modificação relevante na trajetória do capitalismo proporciona atualizações, pautadas por mudanças na tríade sujeito, teoria e objeto. Ali também foram expostos os elementos que possibilitam, para além de suas determinações gerais, a compreensão da história do marxismo como tradição intelectual. À maneira do último Engels, Horkheimer sistematizou as coordenadas formais seguidas doravante pela vertente denominada “marxismo ocidental”.

O primeiro capítulo procura mostrar como a metodologia do marxismo tornou-se um tópico decisivo em sua determinação. Os contemporâneos solicitaram, com certa insistência, que Marx explicitasse seu método. Ele, no entanto, permaneceu reticente, talvez fiel à concepção de que o método constitui um tópico que não pode ser exposto separadamente da prática teórica. Os marxistas consideraram, porém, essa ausência como uma lacuna a ser preenchida. O capítulo contempla, com mais vagar, a controvérsia entre Bernstein e Lukács acerca do lugar da dialética no marxismo e o modo polêmico como se posicionaram ante a exposição do método apresentada por Engels.

O segundo capítulo debruça-se sobre as oscilações que fizeram com que o marxismo se autocompreendesse ora como ciência, ora como filosofia. Engels definiu peremptoriamente o marxismo como “socialismo científico”. Alguns expoentes da primeira geração dessa linhagem, em especial Plekhánov e Labriola, encontraram elementos na obra de Engels que tornaram possível considerar o materialismo histórico como uma forma de filosofia. *Marxismo e filosofia*, de Karl Korsch, pode ser considerado como a justificação mais bem fundamentada dessa hipótese. Essa ambivalência marcou a autocompreensão

do marxismo-leninismo – com a dualidade “materialismo histórico” e “materialismo dialético” – e a autorrepresentação dessa tradição pelos marxistas ocidentais.

O terceiro e o quarto capítulos, de maior extensão, apresentam a gênese do marxismo, seu enraizamento nos partidos de massa criados no último quartel do século XIX e seus desdobramentos até as vésperas da Segunda Guerra Mundial.

O primeiro bloco intitula-se “De Friedrich Engels a Rosa Luxemburg”. Concentra-se no acompanhamento e no comentário de episódios marcantes da trajetória do marxismo, como a querela do revisionismo; a tripartição em correntes distintas do então poderoso partido da social-democracia alemã, cristalizada a partir de recepções díspares da Revolução Russa de 1905 na Alemanha; o fim da Segunda Internacional com a votação, em 1914, dos créditos de guerra; a polêmica acerca do significado da Revolução Russa de 1917; e o surgimento da Terceira Internacional.

O outro bloco, “De György Lukács a Max Horkheimer”, começa mostrando como e por que *História e consciência de classe*, de György Lukács, e *Marxismo e filosofia*, de Karl Korsch, ambos de 1923, foram contestados em congressos da Segunda e da Terceira Internacional. Em um texto de 1929, “Estudo atual do problema (anticrítica)”, Korsch delimita, pela primeira vez, as coordenadas de um emergente “marxismo ocidental”. Por fim, aborda-se a constituição da Teoria crítica, destacando determinações que se tornaram paradigmáticas no desenvolvimento do marxismo ocidental.

As exposições do terceiro e do quarto capítulos, a seleção desses fatos e de uma gama de autores considerados representativos nas inflexões da trajetória do marxismo, adotam por eixo delimitações, a cada momento, de compreensões diferentes desse movimento. Em um curto espaço de tempo, a autorrepresentação do marxismo concebeu-o, entre outros, como “socialismo científico”, “ideologia do partido”, “teoria revolucionária” e “tradição intelectual”.

Um excursão, inserido no final do livro, aborda o marxismo ocidental, uma das correntes mais importantes do marxismo no século XX, ao lado da Segunda e da Terceira Internacional. Seu arcabouço teórico e suas consequências políticas são apreendidos, de forma indireta, a partir de comentários que problematizam as análises de destacados historiadores dessa vertente.

1

A DIALÉTICA COMO DISCURSO DO MÉTODO

No “Prefácio” de *História e consciência de classe*, justificando o caráter ensaístico dos estudos que compõem o livro, em tudo distintos de um “desenvolvimento cientificamente completo e sistemático”,¹ György Lukács, além da consideração formal de que se trata de uma reunião de escritos de circunstância realizados no âmbito do trabalho partidário, aduz uma explicação para a ordenação do conjunto. Visava-se ali, sobretudo, determinar o ponto de vista do “marxismo ortodoxo”, por meio da “compreensão correta da essência do método de Marx”.²

A defesa da “ortodoxia” adquire um sentido preciso no cenário de então, pautado pelo confronto entre concepções e práticas políticas bastante diferenciadas, um contraponto que ameaça instaurar a fragmentação e a dispersão na linhagem do marxismo. Ela delimita, de antemão, o campo em que Lukács se situa, isto é, o movimento comunista agrupado na recém-fundada Terceira Internacional, uma cisão no interior do marxismo que se inicia com divergências, no início do século XX, acerca do caráter da sociedade capitalista e do sentido da Revolução Russa de 1905, mas que se cristalizou apenas depois de 4 de agosto de 1914 e da Revolução Bolchevique, em outubro de 1917.

Lênin e Rosa Luxemburg já haviam estabelecido, no âmbito político, os princípios dessa corrente, em especial sua diferença perante as alas da social-democracia com as quais se convivia, antes da Primeira Guerra, de forma mais ou menos pacífica no interior da Segunda Internacional. Na

medida em que resume o propósito de seu livro, de forma genérica, como a “resolução de determinadas questões teóricas do movimento revolucionário”, Lukács apenas se propõe a complementar um *corpus* constituído a partir de críticas que adotaram como alvo prioritário as concepções de Karl Kautsky – segundo essa tendência, a melhor encarnação do espírito prevalecente no partido social-democrata alemão.³

No que concerne à discussão política propriamente dita, Lukács pouco se afasta de Rosa Luxemburg e de Lênin, ora aplainando as divergências entre eles, ora se orientando pendularmente em direções opostas. Sua ambição teórica, no entanto, vai além. Procura determinar a essência do método de Rosa Luxemburg e de Lênin. O que, convenhamos, não seria demais, pois se parte da premissa de que esses esforços intelectuais e práticos derivam em linha direta de uma adequada compreensão da metodologia de Marx. Mas por que tanta ênfase no método? Por que se concentrar em pressupostos e consequências metodológicas de textos que prescindem, de forma deliberada, do tom autorreflexivo?

História e consciência de classe não se propõe apenas a resgatar a relevância da estrutura teórica subjacente aos textos para apresentar, em outro registro, a trajetória política de Rosa Luxemburg e de Lênin. Lukács não cessa de reafirmar também, paradoxalmente, a pertinência prática do marxismo. A experiência histórica recente, com sua sequência inesperada de acontecimentos extraordinários – a guerra imperialista, a crise do capitalismo e a vaga revolucionária que então varria a Europa –, só podia ser compreendida, segundo ele, pela vertente materialista. É, portanto, como instrumento de conhecimento do presente histórico, como forma de acesso privilegiado à compreensão do passado e do futuro da sociedade burguesa, que o método de Marx – atualizado por Rosa Luxemburg e Lênin – constitui a base do marxismo ortodoxo.

A fidelidade à ortodoxia não reside mais, como ainda pensavam muitos adversários do revisionismo de Eduard Bernstein, na pretensão de preservar a “integridade estética” do sistema de Marx. Assenta-se na capacidade em destacar a essência de sua metodologia: a “dialética concreta e histórica”.⁴

Lukács ressalta os êxitos dessa metodologia na resolução de questões, de outro modo insolúveis, exaltando sua fertilidade nos escritos de Rosa Luxemburg e de Lênin. Mas não hesita em alertar que “muitos aspectos absolutamente essenciais do método de Marx caíram indevidamente no esquecimento”, dificultando e quase impossibilitando uma compreensão apropriada da dialética.⁵

Uma dimensão desse esquecimento tem nome próprio: Georg Wilhelm Friedrich Hegel. A omissão da dívida de Marx para com ele teria gerado três graves deturpações no marxismo da Segunda Internacional: (a) a consideração da dialética em Marx como um acréscimo estilístico a ser eliminado em nome do interesse científico; (b) o não reconhecimento de que categorias decisivas, utilizadas com frequência em *O capital*, foram desenvolvidas antes na *Ciência da lógica*; (c) a recusa da interpretação, estabelecida por Engels e reiterada por Plekhánov, que apresenta o movimento operário como “herdeiro da filosofia clássica alemã”.⁶

A busca de conexões metodológicas entre Hegel e Marx e o propósito explícito de suscitar, por meio desse material e dessa orientação, o debate sobre a dialética – repondo-o na ordem do dia – inscrevem-se em um programa mais abrangente. Trata-se de compreender a “coesão efetiva e sistemática” do método de Marx.⁷

Na perseguição desse objetivo, Lukács parece afastar-se, como admite no “Prefácio”, daquilo que seria a meta principal dessa linhagem: a interpretação de questões concretas da atualidade. As palavras de ordem em defesa do “marxismo ortodoxo” – uma vez posta assim a questão, em termos metodológicos – obrigam-no a um desvio (aparentemente fiel à sua essência histórica) que o leva a adotar como objeto de investigação ora a própria tradição, ora a interpretação da obra de Marx.

Pode-se dizer então que, a partir de *História e consciência de classe*, o marxismo sofre uma inflexão pela qual o critério de aferição da eficácia, da pertinência e inclusive da veracidade e da validade de qualquer obra que se pretenda herdeira do legado de Marx vincula-se à sua capacidade de dar conta, simultaneamente, de três objetos distintos: o mundo atual, a história do marxismo e a coerência, lógica ou histórica, da doutrina de Marx.

Lukács pretende trazer ao primeiro plano determinados pressupostos e consequências metodológicos que não foram explicitados devidamente nem nos escritos de Marx, nem nos recentes textos de Rosa Luxemburg ou de Lênin, todos eles dotados de uma assombrosa pertinência prática. Procura, assim, destacar que a compreensão da atualidade, ou melhor, a própria essência prática do marxismo depende de uma dimensão teórica, latente e nem sempre visível. Essa modesta pretensão constituiu apenas a pequena fresta de uma porta que posteriormente o marxismo dito “ocidental” nunca cessou de arrombar.⁸

Explicitação recorrente de premissas e determinações teóricas, latentes no conjunto da obra ou na doutrina de Marx, o marxismo ocidental conservou-se

tributário de uma reiterada opção de conceder primazia ao método. Mas também cabe observar que, se essa linhagem, acompanhando a preocupação metodológica de *História e consciência de classe*, transformou o marxismo em um conjunto de “discursos do método”, foi sob essa forma, hibernado em discussão teórica, que ele conseguiu preservar esse legado, quando as condições para levá-lo adiante tornaram-se adversas.

Visto retrospectivamente, *História e consciência de classe* aparece como a faísca detonadora de uma série logicamente previsível. No entanto, tal posição de forma alguma estava posta de antemão. Afinal, a sequência de autores e obras que configuram o marxismo ocidental estabeleceu-se sob circunstâncias bastante diversas da conjuntura teórica e prática na qual Lukács redigiu os artigos do livro.⁹

História e consciência de classe impactou os contemporâneos por motivos muito distintos de sua fortuna crítica posterior. Na Alemanha da década de 1920, a recepção destacou, sobretudo, o diagnóstico filosófico do presente histórico e sua tentativa de fornecer uma orientação para a ação. Com efeito, foram os autores do marxismo ocidental que deslocaram a ênfase, valorizando seu esforço de refinamento conceitual da metodologia marxista e da interpretação da obra de Marx.

Por fim, não há como ignorar que, ao contrário do que usualmente se propaga, o livro de György Lukács não foi a primeira obra da vertente marxista a destacar o método. Ele foi precedido por toda uma tradição, vigorosa sobretudo na geração de Labriola, Mehring, Kautsky e Plekhánov. No entanto, seu antecessor mais ilustre foi, sem dúvida, *Anti-Dühring* de Friedrich Engels.¹⁰

I

A ênfase no método, no caso de Engels, parece ter sido involuntária. No “Prefácio à primeira edição” do *Anti-Dühring*, em junho de 1878, ele explica que, instado por companheiros da social-democracia alemã a combater as ideias de Eugen Dühring, que se apresentava como o mais recente “adepto e reformador” do socialismo, aproveitou a ocasião para “desenvolver, em termos positivos, nas mais diversas áreas uma concepção referente a questões que hoje suscitam um interesse científico ou prático bem mais generalizado”.¹¹

O êxito do livro surpreendeu Engels. Afinal, tratava-se da reunião de artigos já publicados em um importante e amplamente difundido órgão da imprensa operária alemã, o jornal *Vorwärts*. Além da demanda, poucos anos depois, por uma segunda edição, um opúsculo agrupando alguns capítulos do *Anti-Dühring*, com o título *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, tornou-se rapidamente a mais popular introdução ao materialismo histórico, suplantando inclusive o *Manifesto comunista*.

A ampliação do peso intelectual e político do marxismo no último quartel do século XIX, a expansão da atenção pública para tudo o que concernia a esse movimento, assim como a proibição do livro pelo Império alemão, ajudam a compreender, pelo menos parcialmente, esse sucesso editorial, como relata o próprio Engels. Ele, entretanto, ainda procuraria outras explicações para a permanência do interesse por esses artigos, posto que, por ocasião da segunda edição (1885), Eugen Dühring havia se tornado um ilustre desconhecido. O novo “Prefácio” acrescenta outra justificativa:

[...] a crítica negativa se converteu em crítica positiva e a polêmica se transformou em uma exposição mais ou menos coerente do método dialético e da concepção de mundo comunista defendida por Marx e por mim, o que ocorreu numa série bastante abrangente de campos do conhecimento.¹²

Somente a cautela e o comedimento de Engels em se posicionar como cofundador do materialismo histórico explicam seu cuidado em evitar ressaltar aquilo que salta aos olhos: o *Anti-Dühring*, em sua “Introdução”, reproduzida também em *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, contém a apresentação sucinta de uma das lacunas da obra de Marx.¹³ Afinal, uma vez que esse texto foi escrito quando Karl Marx ainda estava vivo, e a feitura do livro contou inclusive com sua colaboração (na redação de um dos capítulos da parte consagrada à economia política), não é de espantar que os contemporâneos, e mesmo a posteridade, tivessem enxergado aí a frequentemente exigida e ansiosamente aguardada exposição da metodologia marxista.

No “Prefácio à segunda edição”, Engels apenas alude, modestamente, à necessidade de trazer a dialética “claramente à consciência em toda a sua simplicidade e validade universal”,¹⁴ sem arrolar a apresentação do método entre as causas do sucesso editorial. No entanto, não resta dúvida de que a chave desse êxito deriva, em grande parte, da recepção que tomou esse trecho, comum aos dois livros, como uma breve e autorizada exposição do método

de Karl Marx. A maior novidade dessa apresentação – que certamente não passou despercebida aos contemporâneos, tendo adquirido com o passar dos anos ares de “naturalidade” – consiste no esforço de Engels, completamente ausente na obra de Marx, em descobrir e desenvolver as “leis da dialética” a partir da natureza.

Essa tentativa vincula-se à sua crença de que o incessante acúmulo de “descobertas” no âmbito das ciências naturais as conduz inevitavelmente a percorrer os trilhos da dialética. Haveria inclusive, segundo ele, uma completa homologia entre esse domínio, com suas inúmeras mutações, e o reino da história, no qual a trama aparentemente fortuita dos acontecimentos segue as mesmas leis, também presentes no desenrolar do pensamento humano. Nesse diapasão, Engels não hesita em afirmar que a concepção dialética e ao mesmo tempo materialista da natureza e da história exige o conhecimento das matemáticas e das ciências naturais.¹⁵

Transparece aí a aposta de um pensador que dedicou parte de seus últimos anos de vida a acompanhar o avanço, então “vertiginoso”, do conhecimento da natureza. Outrossim, cabe também destacar o empenho de Engels em atualizar e complementar a doutrina de Marx, abordando assuntos pouco tratados por ele, que passaram a desempenhar um papel decisivo no debate intelectual da época. Importa mais aqui, porém, destacar os delineamentos sobre os quais se firmou essa primeira versão do método de Marx.

Em sua exposição da dialética, Engels, apesar de lhe conceder a primazia, não a põe em cena sozinha. Junto e incessantemente contraposto a ela, emerge outro método filosófico, rival e concorrente, a “especulação metafísica”.¹⁶ Para o adepto dessa metodologia, “as coisas e seus retratos ideais, os conceitos, constituem objetos de investigação isolados, a serem analisados um após o outro e um sem o outro – objetos sólidos, dados de uma vez para sempre”.¹⁷ A atribuição de rigidez ao objeto, a descrição precisa de seus contornos, a determinação do mundo como um conjunto de coisas acabadas e imutáveis, a observação estrita do princípio da não contradição, a conexão unilateral de causa e efeito devem muito de sua plausibilidade à proximidade com o senso comum. No entanto, adverte Engels, apesar de útil entre as quatro paredes de uma casa, o senso comum revela-se pouco apropriado quando se arvora em método científico.

Dispensa-se o esforço de aferir, pela via do confronto de resultados, a superioridade da dialética. Afinal, a própria metafísica, uma vez aplicada de forma consciente na investigação científica, abre caminho para a percepção de suas limitações. Parcial e abstrato, esse método enreda-se, segundo

Engels, em contradições insolúveis: atento a objetos determinados, não consegue enxergar os nexos; congelado no presente, não concebe a gênese e a caducidade; concentrado na estabilidade das condições, não percebe a dinâmica; obcecado pelas árvores, “não vê o bosque”.¹⁸

No molde de uma apresentação dicotômica, a dialética surge, ponto a ponto, como o oposto simétrico da metafísica. Não delimita de modo isolado os objetos, nem os toma como algo sólido e petrificado. Ao contrário, investiga os processos, a origem e o desenvolvimento das coisas e as insere numa trama de concatenações e de mútuas influências, em que nada permanece como era nem como existia. Nela, os polos da antítese, apesar de todo o antagonismo, “interpenetram-se reciprocamente”. A causa e o efeito, vigentes em um caso concreto, individual, “se fundem, se dissolvem na noção de interação universal, na qual causas e efeitos trocam continuamente sua posição, e o que agora e aqui é efeito depois e ali se transforma em causa, e vice-versa”. Tampouco vigora o princípio da não contradição, pois, pelo menos no mundo orgânico, o ser, “a cada instante, é o mesmo, e não é o mesmo”.¹⁹

Engels expõe brevemente essa dicotomia metodológica, à maneira do saber positivista predominante em sua época, como uma sequência evolutiva de etapas e resultados. Mas também como um eco do itinerário delineado por Hegel na *Fenomenologia do espírito*, ou seja, como “figuras” de uma progressão que é, simultaneamente, lógica e histórica.

A série inicia-se com uma intuição primitiva e simplista da dialética, presente na aurora da filosofia grega. O mundo seria concebido como uma trama infinita de concatenações, na qual nada permanece. A primeira formulação consistente dessa “figura” pode ser atribuída a Heráclito, cuja filosofia é resumida por Engels na frase “tudo é e também não é, pois tudo flui, encontra-se em constante mudança, em constante devir e fenecer”.²⁰

Semelhante visão, “por mais corretamente que capte o caráter universal da visão de conjunto dos fenômenos”, teria se mostrado pouco apropriada à investigação dos componentes que constituem o mundo. Assim, teve de ceder lugar a uma concepção que, destacando os elementos de seu contexto histórico ou natural, “examina cada um deles quanto à sua constituição, suas causas e efeitos específicos, etc.”.²¹ Historicamente, essa metodologia só se teria afirmado por completo a partir da segunda metade do século XV, com o nascimento das modernas ciências da natureza.

Os procedimentos dessas ciências, em especial “a decomposição da natureza em suas partes individuais, a subdivisão dos diferentes processos e objetos naturais em classes bem determinadas, a investigação dos corpos

orgânicos quanto às suas múltiplas configurações anatômicas”,²² migraram, com Bacon e Locke, para a filosofia. Com raras exceções, deslocadas do eixo principal da corrente filosófica predominante, a filosofia moderna, segundo Engels, incluindo os pensadores franceses do século XVIII, deixou-se contaminar pela “especulação metafísica”.²³

A filosofia do idealismo alemão e a trajetória das ciências naturais forneceram as premissas para a constituição de uma “nova etapa”. O ritmo de desenvolvimento das ciências, marcado pelo acréscimo ininterrupto no estoque de dados, teria aguçado a consciência crescente – apesar da confusão que ainda vicejava entre os cientistas – de que, no método metafísico, os fenômenos da natureza não são “apreendidos em seu movimento, mas em sua estagnação, não como elementos essencialmente mutáveis, mas como elementos sólidos, não em sua vida, mas em sua morte”.²⁴ Esse avanço das ciências naturais, conjugado com as novas tendências da filosofia, possibilitou a restauração da dialética em uma forma superior, sintética.

Na apresentação de Engels, a dialética marxista, descrita a partir de suas origens, assume um caráter bifronte. Por um lado, consiste em uma modalidade de apreensão do mundo, em uma concepção que “concebe as coisas e seus retratos conceituais essencialmente em seus nexos, em seu encadeamento, em seu movimento, em seu devir e fenecer”.²⁵ Mas também se configura, por outro lado, como método experimental, derivado de um saber científico que adota a explicação da natureza como “pedra de toque”.

A elevação da natureza à condição de objeto de estudo privilegiado para a compreensão da dialética não implica, porém, a desqualificação explícita de outros domínios. A ênfase decorre apenas da necessidade de demarcar uma posição e um terreno ainda pouco assentados. A história humana e a atividade espiritual dela decorrente também se apresentam, em Engels, como campos férteis para a investigação das “leis” da dialética.

Passíveis de apreensão sob a mesma metodologia, os territórios da natureza, da história e do pensamento já haviam sido alvos de uma explicação conjunta na obra de Hegel, primeiro “estágio” do moderno renascimento da dialética. Essa tentativa, cujo mérito maior, segundo Engels, residiria no fato de ter colocado o método dialético novamente em pauta, fracassou por uma série de motivos – no fundo, limitações inerentes ao homem e à sua época.

Em rápidas considerações sobre a dialética hegeliana, Engels destaca, sobretudo, dois pontos. Primeiro, o contágio do método pelo idealismo, marca distintiva dessa filosofia. Na medida em que não postula como fonte das ideias as coisas e os fenômenos, antes visualizando estes como projeções

de uma ideia “que já existia em algum lugar antes do mundo”, Hegel teria subvertido, revirando do avesso, a concatenação efetiva do mundo. Desse modo, foi impelido a adotar posições “remendadas, artificiais, arranjadas, em suma, erradas”.²⁶

Afora esse pendor idealista, pouco convincente para cérebros educados nas modernas ciências da natureza, a filosofia de Hegel encontrar-se-ia perpassada por uma contradição insolúvel entre o “método”, que não aceita a afirmação de verdades absolutas, e o “sistema”, que ele afirmava ser o suprassumo de uma verdade absoluta.

Tais observações configuram, no entanto, mais que uma interpretação própria da obra de Hegel, desenvolvida com detalhes posteriormente em *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*, de 1888, e na qual ressoam algumas das determinações críticas estabelecidas na década de 1840 pelos jovens hegelianos. A ênfase de Engels em temas clássicos da recepção do pensamento de Hegel, mas nem por isso menos polêmicos, como o “platonismo” e o “modelo de sistema”, indica as balizas mínimas a partir das quais teriam sido estabelecidas, segundo sua ótica, as premissas do marxismo.

Contra essa ideia “que já existia em algum lugar antes do mundo”, Engels propõe o restabelecimento do materialismo. Mas não em sua versão racionalista, “metafísica”, “mecânica”, predominante na filosofia francesa do século XVIII, cujo conteúdo já havia se corporificado na sociedade burguesa. Postula um materialismo apto a compreender o dinamismo da história e da natureza; um materialismo consciente de que, no idealismo, “o nexos real do mundo foi completamente invertido”;²⁷ em suma, um materialismo que tenha como qualificação mais apropriada o termo “dialético”.

O materialismo, nessa nova versão, “essencialmente dialético”, não considera mais a natureza, como fizeram os filósofos franceses e mesmo Hegel, como um todo permanente e inalterável. Resumo organizado dos novos progressos das ciências naturais – cujo cerne pode ser localizado na tese segundo a qual a natureza tem também sua história no tempo, o que significa que as espécies e os organismos, assim como os mundos que eles habitam, nascem e morrem –, o materialismo proposto por Engels prescinde do espírito sistemático: “um sistema de conhecimento da natureza e da história que abrange tudo e que finaliza tudo de uma vez por todas está em contradição com as leis básicas do pensamento dialético”.²⁸

Engels delimita como alvo algo mais que a crítica de Hegel à sistematização. Segundo ele, nos últimos anos, as ciências que cuidam especificamente

dos dois objetos prioritários da dialética, a natureza e a história, teriam se desenvolvido o suficiente para atingir a maioria. Uma vez incorporada a dialética, para essas ciências e para o novo materialismo que lhes é inerente, “não se necessita mais de nenhuma filosofia posicionada acima das ciências”, ou seja, de um saber “dedicado a estudar o nexos global”.²⁹

No relato histórico das origens da dialética materialista, Engels acompanha de forma concomitante a trajetória de duas linhagens, a da filosofia e a da ciência. Essa bifurcação não deixa de repercutir em sua determinação do método, ora descrito com traços de concepção filosófica, ora como pura metodologia científica.

Friedrich Engels parece ignorar essa oscilação. O novo materialismo, na medida em que se qualifica a si próprio como ciência, não se propõe a ultrapassar apenas o pensamento de Hegel. É a própria filosofia, em sua totalidade, que se encontra sujeita à condenação, explicitada na famosa frase: “tudo o mais é absorvido pela ciência positiva da natureza e da história”.³⁰

II

História e consciência de classe, por sua vez, retoma deliberadamente a primazia do método. Antes de expor suas determinações, György Lukács, no propósito de recuperar a configuração original da dialética, estabelece uma premissa que reputa essencial, enunciada de forma breve no dístico: “A dialética materialista é uma dialética revolucionária”.³¹

Lukács desdobra essa fórmula em diversas variantes – dialética como álgebra, dialética como veículo da revolução etc. Com isso, busca ressaltar a importância da metodologia no estabelecimento das condições de possibilidade da unidade entre teoria e prática, destacando o vínculo estreito que articula, no marxismo, o método com a transformação do mundo.³²

Ao ressaltar esse nexos, Lukács indica sua preocupação em transpor os termos sob os quais a questão do método foi apresentada, sobretudo por Eduard Bernstein e Rudolf Hilferding, durante o período de proeminência política e teórica da Segunda Internacional. Ele adverte que tal discussão não pode ser travada nos parâmetros de um enfoque estritamente gnosiológico, nem ser restringida pelo esquadro de uma indagação puramente científica, na qual o “método pode ser rejeitado ou aceito, segundo o estado da ciência, sem que a atitude fundamental diante da realidade e do seu caráter modificável ou imutável sofra a menor mudança”.³³